

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Terminais Fluviais do Brasil S.A.  
Recife - PE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminais Fluviais do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Fluviais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Em 22 de dezembro de 2022 a Companhia aprovou em reunião de Conselho Consultivo a "política de transações com partes relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesse", visando assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros. Essas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

## Não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, o Grupo Dislub Equador ("Grupo"), controladores da Companhia, apoiada por especialistas, adotou medidas visando investigar os fatos relacionados à operação conhecida como "Lava Jato", que, dentre outros assuntos, teve como objetivo investigar o envolvimento de um dos acionistas do Grupo em atos ilegais, violação de leis e regulamentos em transações com um dos principais clientes do Grupo. O resultado preliminar do processo de investigação interna, concluído em 9 de junho de 2021, não identificou riscos potenciais relevantes que possam impactar a continuidade operacional da Terminais Fluviais do Brasil S.A., bem como assuntos que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita - não relacionadas à fraude

A Companhia exerce o julgamento no reconhecimento de receita, principalmente em relação à se o Grupo está atuando como principal ou agente nas operações de compra e venda de combustível. Existe um risco de reconhecimento de receitas fora da competência nas demonstrações contábeis das empresas da Companhia.

### Resposta da auditoria ao assunto

Aplicamos técnicas de auditoria baseadas em análises para obter segurança sobre a reconciliação entre a receita, contas de clientes e recebimentos de clientes.

Desafiamos os julgamentos da Administração sobre se, em seus contratos de compra e venda de combustíveis, a Companhia estava agindo como principal ou agente, revisando as condições contratuais no contexto do CPC 47.

Utilizamos procedimentos analíticos para comparar a receita com as nossas expectativas, definidas com base em nossa compreensão dos negócios da Companhia e do mercado em que ela está inserida. Isso nos permitiu identificar os padrões comerciais e executar procedimentos substantivos de auditoria e amostra de transações. Os resultados de nossos testes nos permitiram concluir de forma razoáveis sobre os saldos e as divulgações relacionadas a este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte definida e mantida pela Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 10 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC PE 001269/O-9

Leonardo da Silva Vilar Gomes  
Contador CRC 1 PE 021026/O-9

# TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.276	17.864	Fornecedores	9	2.561	1.874
Contas a receber	6	4.549	1.925	Debêntures	12	22.188	38.069
Tributos a recuperar	7	1.587	4.091	Obrigações tributárias	10	5.036	5.116
Adiantamento a fornecedor		-	18	Obrigações sociais e trabalhistas		1.036	535
Despesa antecipada		570	556	Dividendos a pagar	13	1.015	2.980
		<u>23.982</u>	<u>24.454</u>	Adiantamentos de clientes	11	-	1.373
				Outros passivos		<u>1.265</u>	<u>444</u>
						<u>33.101</u>	<u>50.391</u>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	10	1.645	1.092
Mútuo com partes relacionadas		-	48.786	Debêntures	12	-	21.931
Depósitos judiciais		8.221	8.210	Adiantamentos de clientes	14	-	28.045
Outros créditos		457	-	Passivo fiscal diferido	11	<u>3.754</u>	<u>3.901</u>
		<u>8.678</u>	<u>56.996</u>			<u>5.399</u>	<u>54.969</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>	16		
<b>Imobilizado</b>	8	<u>166.714</u>	<u>169.749</u>	Capital social		65.736	65.736
		<u>166.714</u>	<u>169.749</u>	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital		1.000	1.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		7.288	7.573
				Reservas de lucros		<u>86.850</u>	<u>71.530</u>
						<u>160.874</u>	<u>145.839</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>199.374</u></u>	<u><u>251.199</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>199.374</u></u>	<u><u>251.199</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	17	124.304	82.910
Custo dos serviços prestados	18	(17.575)	(15.250)
Lucro bruto		106.729	67.660
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(11.500)	(8.244)
Outras receitas operacionais	18	13.941	9.359
		2.441	1.115
Lucro operacional antes do resultado financeiro		109.170	68.775
Receitas financeiras	19	2.509	2.374
Despesas financeiras	19	(13.535)	(7.835)
Resultado financeiro líquido		(11.026)	(5.461)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		98.144	63.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(26.246)	(16.233)
Lucro líquido do exercício		71.898	47.081

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	<u>71.898</u>	<u>47.081</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>71.898</u></u>	<u><u>47.081</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	Retenção de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial positiva	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Outras reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	65.736	1.000	2.552	23.693	14.114	7.858	-	114.953
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	432	(285)	-	147
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47.081	47.081
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	-	-	2.354	-	-	-	(2.354)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	9.154	-	-	(9.154)	-
Distribuição de outras reservas de lucro	-	-	-	-	(15.902)	-	-	(15.902)
Outras reservas de lucros	-	-	-	-	35.133	-	(35.573)	(440)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	65.736	1.000	4.906	32.847	33.777	7.573	-	145.839
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	432	(285)	-	147
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	71.898	71.898
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	-	-	3.595	-	-	-	(3.595)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	13.866	-	-	(13.866)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.487)	(5.487)
Distribuição de outras reservas de lucro	-	-	-	-	(51.523)	-	-	(51.523)
Outras reservas de lucros	-	-	-	-	48.950	-	(48.950)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	65.736	1.000	8.501	46.713	31.636	7.288	-	160.874

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	71.898	47.081
Ajustes para conciliar o lucro líquido/(prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	7.066	6.954
Lucro do exercício ajustado	78.964	54.035
Acréscimo líquido/(decréscimo) de ativos		
Contas a receber	(2.624)	5.716
Tributos a recuperar	2.504	(2.641)
Adiantamentos a fornecedores	18	95
Despesas antecipadas	-	37
Outros créditos	(471)	(238)
Depósitos judiciais	(11)	4
Acréscimo líquido/(decréscimo) de passivos		
Fornecedores	687	1.438
Obrigações tributárias	473	676
Obrigações sociais e trabalhistas	501	75
Adiantamento de clientes	(29.418)	-
Tributos diferidos	(147)	(147)
Dividendos a pagar	-	2.980
Outros passivos	821	1.672
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.297	63.702
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(4.031)	(6.966)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(4.031)	(6.966)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendo pagos	(7.452)	-
Realização do custo atribuído	147	-
Amortização de debentures - principal e juros	(37.812)	(34.889)
Empréstimos a partes relacionadas - Ativo	48.786	-
Distribuição de outras reservas de lucro	(51.523)	(16.196)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	(47.854)	(51.085)
(Decréscimo) líquido / acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	(588)	5.651
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	17.864	12.213
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	17.276	17.864
(Decréscimo) líquido / acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	(588)	5.651

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Terminais Fluviais do Brasil S.A. ("Companhia"), foi constituída em 30 de novembro de 2009, sob a forma de sociedade por ações, com capital fechado, com Sede na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de armazenagem de combustíveis líquidos, serviços auxiliares de apoio marítimo e fluvial, análise técnica e qualitativa de combustíveis líquidos, construção de edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), obras de construção civil de outros tipos, serviços de preparação do terreno e montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas, comércio varejista de materiais de construção em geral e suas respectivas atividades secundárias; comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para construção, mineração e terraplanagem.

Contrato de prestação de serviço com a Petróleo Brasileiro S.A.

A Companhia iniciou suas atividades em março de 2013. Adicionalmente, foi assinado um contrato de prestação de serviço de armazenagem e movimentação de produtos com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") na modalidade *Take or Pay*, com demanda de serviço contratado de dez anos, segundo o qual, independente do uso do serviço pela Petrobrás, o valor será pago. Atualmente, a Companhia opera produtos dos principais produtores, refinadores e distribuidores brasileiros, mantendo um faturamento recorrente e diversificado.

### 1.1. Não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, incluindo atos ilegais

Em 13 de dezembro de 2019, uma das empresas do Grupo Dislub Equador ("Grupo") foi notificada acerca da instauração de processo administrativo de responsabilidade ("PAR") pela Petrobras, visando apurar a prática de eventuais atos lesivos contra a administração pública. O PAR é conduzido sob sigilo por uma Comissão Interna de membros da Petrobras designada para este fim ("CPAR"). O Grupo, sob o patrocínio do Escritório de Advocacia Mattos Filho, obteve decisão liminar, em processo judicial que corre em segredo de justiça, suspendendo os efeitos decorrentes de decisão oriunda do PAR, até decisão final de mérito.

Em 26 de novembro de 2020, o Grupo instituiu um Comitê Independente de Investigação, composto por advogados independentes, inclusive com práticas forenses, para avaliar as evidências dos supostos atos alegados, bem como eventual atuação de demais dirigentes do Grupo, cujos resultados da investigação não constataram conduta irregular do dirigente citado no PAR, como também de nenhum outro. Tampouco, foram constatadas quaisquer irregularidades durante o processo de investigação, de onde se pode concluir que a acusação do PAR se trata de fato isolado.

Oportuno registrar que os resultados do processo de investigação independente, já concluído, não identificaram nenhum impacto financeiro para que possa afetar materialmente de forma significativa essas demonstrações contábeis intermediárias ou para exercícios anteriores a decorrência do fato narrado, cabendo ressaltar, inclusive, que o contrato envolvido no caso em questão foi renovado.

Desde 2016 o Grupo Dislub-Ecuador vem modernizando seu programa de compliance, tendo revisado e aprimorado o seu código de conduta e implementado as políticas de: (i) Compliance, (ii) Doações e Patrocínios, (iii) Brindes, Presentes e Hospitalidades, (iv) Anticorrupção, (v) Anticoncorrencial, (vi) Política de Conduta Redes e Mídias Sociais e Política de Delegação de Poderes, com a realização de treinamentos para colaboradores. Também houve a implementação do Canal Independente de Denúncia, que é gerido por consultoria independente. Em 2017 e 2021, foi realizada uma pesquisa de maturidade de compliance por renomada empresa de consultoria, que estruturou um road map para melhoria do programa de compliance do Grupo Dislub Ecuador.

Desde 30 de maio de 2016, o então dirigente do Grupo Dislub Ecuador renunciou ao cargo de direção e foi afastado da condição de administrador. No primeiro trimestre de 2021, foi formalizada a renúncia ao cargo de administrador das demais empresas que compõem o Grupo Dislub-Ecuador, e a redução da participação acionária do ex-administrador na Dislub Combustíveis S.A., holding do Grupo Dislub Ecuador, para menos de 5% (cinco por cento).

## 2. Base de preparação

### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 10 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### (a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao Imposto de Renda e Contribuição Social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas.

As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Vida útil dos itens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utiliza-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações:

Durante o exercício de 2022, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações contábeis da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; e

- Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis.
- Alteração da norma IFRS 16 - Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis.
- Alteração da norma IAS 1 - Passivo Não Circulante com "Covenants" : Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas.

### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Em relação ao índice de liquidez corrente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta o seguinte índice:

## Índice de liquidez corrente

	2022	2021
Ativo circulante	23.982	24.454
Passivo circulante (*)	32.086	47.411
ILC	0,75	0,52

(\*) Para fins de cálculo e demonstração do índice de liquidez corrente os dividendos a pagar foram expurgados. O mesmo será capitalizado pela Companhia em 2023, que corresponde ao montante de R\$ 1.015 registrado no ano de 2022

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Aplicações financeiras (i)	17.276	17.864
	<u>17.276</u>	<u>17.864</u>

(i) Composto principalmente por aplicações em renda fixa (CDB) e fundos de investimentos, cujo principal objetivo é atingir a remuneração de até 100% do CDI.

## Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber	4.549	1.925
	<u>4.549</u>	<u>1.925</u>

(i) Confissão de dívida refere-se à negociação de títulos em atraso com repactuação de parcelas e prazos para sua liquidação. Os encargos financeiros são reconhecidos ao resultado pelo seu correspondente recebido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a análise do vencimento do saldo de contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	3.793	1.281
Vencidos até 30 dias	756	644
	<u>4.549</u>	<u>1.925</u>

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração entende que não há qualquer necessidade de provisão de valores para perda.

#### Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de armazenagem no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

#### 7. Tributos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	241	2.671
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	86
PIS e COFINS a recuperar	1.066	1.054
ISS a recuperar	280	280
	<u>1.587</u>	<u>4.091</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Política contábil

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	Taxa anual de depreciação	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.613	-	5.613	5.613
Edificações e benfeitorias	2,5%-4%	67.896	(10.751)	57.145	58.826
Máquinas e equipamentos	6,66%-10%	12.450	(8.402)	4.048	3.727
Veículos	20%-33,33%	106	(86)	20	21
Móveis e utensílios	12,5%-33,33%	213	(161)	52	64
Tanques e tubovias	10%-15%	88.874	(22.707)	66.167	69.305
Flutuantes	10%-17%	33.694	(9.378)	24.316	25.703
Imobilizado em andamento	-	9.353	-	9.353	6.490
		<u>218.199</u>	<u>(51.485)</u>	<u>166.714</u>	<u>169.749</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

b. Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 2020	Adições	Baixa	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Saldo em 2022
Custo							
Terrenos	3.413	2.200	-	5.613	-	-	5.613
Edificações e benfeitorias	67.896	-	-	67.896	-	-	67.896
Máquinas e equipamentos	10.592	698	-	11.290	1.160	-	12.450
Veículos	131	17	(42)	106	-	-	106
Móveis e utensílios	205	-	-	205	8	-	213
Tanques e tubovias	88.775	99	-	88.874	-	-	88.874
Flutuantes	33.120	574	-	33.694	-	-	33.694
Imobilizado em andamento	3.070	3.420	-	6.490	2.863	-	9.353
	207.202	7.008	(42)	214.168	4.031	-	218.199
Depreciação							
Depreciação edificações e benfeito	(8.091)	(979)	-	(9.070)	(1.681)	-	(10.751)
Depreciação Máquinas e equipamer	(5.881)	(1.682)	-	(7.563)	(839)	-	(8.402)
Depreciação Veículos	(126)	(1)	42	(85)	(1)	-	(86)
Depreciação Móveis e utensílios	(120)	(21)	-	(141)	(20)	-	(161)
Depreciação Tanques e tubovias	(16.398)	(3.171)	-	(19.569)	(3.138)	-	(22.707)
Depreciação Flutuantes	(6.849)	(1.142)	-	(7.991)	(1.387)	-	(9.378)
	(37.465)	(6.996)	42	(44.419)	(7.066)	-	(51.485)
Saldo	169.737	12	-	169.749	(3.035)	-	166.714

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

### Política contábil

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas	10-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8
Tanques e tubovias	6-10
Flutuantes	6-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 9. Fornecedor

	2022	2021
Fornecedores de materiais	1.899	1.572
Fornecedores de serviços	380	302
Fornecedores de bens - Investimentos	282	-
	<u>2.561</u>	<u>1.874</u>

## Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 10. Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3	3
ISS a recolher	505	394
PIS e COFINS a recolher	2.205	1.291
IR retido na fonte	41	34
PIS, COFINS e CSLL a recolher	8	10
Tributos sobre lucros diversos	3.307	3.646
Tributos parcelados a recolher	129	348
Outras obrigações tributárias	483	482
	<u>6.681</u>	<u>6.208</u>
Circulante	5.036	5.116
Não circulante	1.645	1.092

## 11. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido é referente à movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, em decorrência da adoção do custo atribuído do imobilizado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ	2.760	2.868
CSLL	994	1.033
	<u>3.754</u>	<u>3.901</u>

## Política contábil

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

## 12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>94.889</b>
Juros incorrido e não pago	7.487
Amortização de juros	(6.151)
Amortização de principal	(36.225)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60.000</b>
Juros incorrido e não pago	7.391
Amortização de juros	(6.105)
Amortização de principal	(39.098)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2022</b>	<b>22.188</b>

O saldo reconhecido no passivo não circulante tem seus vencimentos programados para 2023.

Em 07 de junho de 2018, foi aprovada a emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória em duas séries, com as seguintes características:

- Valor total da emissão: 150.000 (cento e cinquenta milhões de Reais);
- Quantidade de debêntures e número de séries: foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, sendo 3.900 (três mil e novecentos) debêntures da 1º (primeira) série e 11.100 (onze mil e cem) debêntures da 2º (segunda) série;
- Valor nominal unitário: R\$ 10 (dez mil Reais) por debêntures;

- Taxa de juros: 100% do CDI + TR 4% a.a.;
- Data-base da emissão: 12 de julho de 2018;
- Data do vencimento: o vencimento final das debêntures ocorrerá ao término de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de julho de 2023.

Para a emissão das debêntures, foi exigido pelos debenturistas que a Companhia liquidasse os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras. Os recursos obtidos na captação dos recursos pela emissão das debêntures foram aplicados na construção e expansão da planta de armazenamento da Companhia.

(a) Operações de créditos, garantias e restrições contratuais (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2022, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, estão descritas as principais obrigações contratuais que, se não cumpridas, sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas dos contratos de financiamentos:

- Descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Companhia e/ou fiadores;
- Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato;
- A existência de ato definido de autoridade administrativa que impeça a conclusão ou a continuidade do projeto;
- O descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, ou, caso qualquer autorização, concessão permissão ou licença relevante necessária para o início e/ou desenvolvimento do projeto seja revogada ou modificada, produzindo esse evento um efeito adverso sobre a capacidade da Companhia cumprir todas as obrigações;
- Ocorrência de pedido de autofalência, decretação de falência, deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, qualquer procedimento judicial análogo nesta alínea, ou suspensão injustificada, a critério razoável do Agente Financeiro, de suas atividades por mais de 30 dias, desde que dentro de tal prazo não tenha sido tomadas medidas para corrigir ou remediar a suspensão;
- Se qualquer das garantias reais ou fidejussórias constituídas no contrato de repasse tornarem-se comprovadamente impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Financeiro e devidamente efetivadas e registradas pela Companhia;
- O não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes de outros contratos firmados com o Agente Financeiro ou terceiros;

- Decretação de vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado pelo Agente Financeiro ou BNDES com a Companhia ou seus sucessores e/ou ainda o vencimento antecipado de qualquer outro contrato que qualquer outra empresa pertencente ao grupo econômico do qual a Companhia faz parte, tenha celebrado e/ou venha a celebrar com o Agente Financeiro e/ou BNDES;
- For apurado, pelo Agente Financeiro ou BNDES, qualquer descumprimento, falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão imputável à Companhia em qualquer declaração, garantia, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela Companhia relativo ao Contrato de Repasse;
- O protesto de títulos contra a Companhia ou seus Controladores, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros e validamente comprovado, se for cancelado ou ainda se o protesto for sustado, em qualquer das hipóteses, no prazo máximo de 30 dias corrido de sua ocorrência;
- Alienação, desapropriação, confisco, oneração ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relacionados ao projeto, para terceiro não previamente aprovado pelo Agente Financeiro e pelo BNDES;
- Se a Companhia tiver seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, instituído pelo Banco Central do Brasil;
- Se a Companhia não mantiver em dia o pagamento de todos os tributos federais, estaduais, ou municipais, encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais, a que esteja ou venha a estar sujeita, bem como tributos incidentes sobre imóveis que constituem garantia dessa operação, observando causa de vencimento antecipado;
- Realização, por qualquer autoridade pública, de qualquer ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos bens, ativos ou propriedades adquiridas por força do projeto;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Redução do quadro de pessoal da Companhia, sem atendimento ao disposto no Contrato de Repasse;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente, sendo que a Companhia declara neste ato a inexistência de referida sentença nesta data;

- Diplomação como Deputado (a) Federal ou Senado (a), de pessoa que exerça função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, Incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento desde que o pagamento da dívida ocorra no prazo de cinco dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de, não fazendo, incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento;
- A alienação ou oneração, sem prévio consentimento escrito do BNDES e do Agente Financeiro de quaisquer bens compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse;
- A não manutenção dos bens, compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse, em perfeito estado de conservação, funcionamento e produtividade, admitido o perecimento decorrente do uso e do tempo;
- Propositura de plano de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, pela Companhia;
- Se a Companhia falir ou perder a administração de quaisquer dos bens mencionada no Contrato de Repasse, sem substituí-los;
- A ocorrência de quaisquer outros eventos, que a critério do agente financeiro, possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Companhia, ou que possam causar prejuízos à imagem do agente financeiro no contexto da sociedade ou do Sistema Financeiro Nacional (STN).

#### Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### 13. Dividendos a pagar

A seguir, as movimentações ocorridas no exercício atual:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dislub Combustiveis S.A.	1.015	2.980
	<u>1.015</u>	<u>2.980</u>

## 14. Adiantamentos de clientes

	2022	2021
Novum Energy Trading Corp.	-	1.373
Tricon Energy Ltda	-	28.045
	-	29.418
Circulante	-	1.373
Não circulante	-	28.045

O adiantamento registrado no curto prazo em 2021, em nome da NOVUM ENERGY, foi liquidado no dia 24 de janeiro de 2022. O adiantamento de R\$ 28.045 da TRICON ENERGY foi totalmente liquidado no dia 30 de novembro de 2022.

## 15. Contingências e depósitos judiciais

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui montante de causas classificadas como probabilidade de perda possível e depósitos judiciais, no montante R\$ 8.221.

## Política contábil

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

16. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social em 2022, é de R\$ 66.736, dividido em 66.736 mil ações, no valor unitário de R\$ 1,00 cada. Conforme composição a seguir:

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme AGE de 31 de dezembro de 2020, foi autorizado a constituição de AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 1.000 decorrente de aporte realizado pelo acionista. Esse montante continua registrado como AFAC.

c. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de lucros da Companhia excede o capital social.

A Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2023, deliberará sobre a aplicação do excesso de reservas de lucros no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva legal

Constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido do exercício, que não excederá o limite de 20% do capital social, conforme legislação societária.

e. Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais referente ao ano de 2022 corresponde ao montante de R\$ 46.713 (R\$ 32.847 em 2021), decorre do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda proveniente do lucro da exploração, o qual poderá ser utilizado para absorção de prejuízos dos exercícios, após utilização das demais reservas, bem como emissão de ações bonificadas para os acionistas. A mesma por imposição legal, art. 30, da Lei de nº 12.973/14, não poderá ser distribuída a título de lucros para os acionistas.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

17. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações Portuárias	144.734	95.853
Locação de Bens Imóveis	24	48
	<u>144.758</u>	<u>95.901</u>
COFINS	(10.856)	(6.723)
PIS	(2.357)	(1.460)
ISS	(7.237)	(4.793)
Outros Descontos	(4)	(15)
	<u>(20.454)</u>	<u>(12.991)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>124.304</u>	<u>82.910</u>

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

18. Custos e despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos com operações no terminal	(3.367)	(3.622)
Salários, encargos e gastos com pessoal	(6.077)	(4.431)
Fretes, Carretos, descarrego e cabotagem	(37)	-
Gastos com manutenções e reparos	(3.283)	(932)
Despesas com marketing	(148)	(32)
Despesas com aluguéis	(80)	(347)
Gastos tributários	(696)	(668)
Despesas com utilidades e serviços	-	(1.379)
Despesas com consumo e insumos administrativos	(1.800)	-
Honorários e Serviços pessoas jurídicas	(2.660)	(1.334)
Rateio de Gastos Corporativos	(4.720)	(2.826)
Encargos de depreciação e amortização	(6.207)	(6.107)
Receita de sublocação postos	-	2
Receita de subvenção governamental	13.866	9.154
Receitas e despesas não recorrentes, líquidas	(107)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	182	(1.613)
	<u>(15.134)</u>	<u>(14.135)</u>
Custo dos serviços prestados	(17.575)	(15.250)
Despesas gerais e administrativas	(11.500)	(8.244)
Outras receitas operacionais	13.941	9.359
	<u>(15.134)</u>	<u>(14.135)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras		
Juros e Multas Ativos	1.539	2.237
Descontos Obtidos	-	4
Ganhos sobre Aplicação Financeiras	786	72
Variações Monetárias Ativas	185	61
	<u>2.510</u>	<u>2.374</u>
Despesas Financeiras		
Juros e Multas Passivos	(7.553)	(7.611)
Tarifas Bancárias	(61)	(53)
Descontos Concedidos	(11)	(171)
Variação Monetária Passiva	(5.911)	-
	<u>(13.536)</u>	<u>(7.835)</u>
	<u>(11.026)</u>	<u>(5.461)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## 20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de Renda	(19.292)	(11.929)
Contribuição Social	(6.954)	(4.303)
	<u>(26.246)</u>	<u>(16.233)</u>

A apuração dos saldos de IRPJ e CSLL do exercício de 2022 está apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro Líquido antes do imposto de renda e da contribuição	98.144	63.314
(+) Adições	8.626	6.652
(-) Exclusões	(29.506)	(22.154)
Base de cálculo final	<u>77.264</u>	<u>47.812</u>
IRPJ - 15% / IRPJ Adicional - 10%	(19.292)	(11.930)
CSLL - 9%	(6.954)	(4.303)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(26.246)</u>	<u>(16.233)</u>

## Política contábil

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Sendo em suas adições registradas no livro de apuração do lucro real (LALUR) e base de cálculo da CSLL (LACS), consideradas as seguintes rubricas: depreciação societária, brindes administrativos, contribuições e doações, patrocínios, confraternizações, provisões e exigibilidade suspensa de Pis e Cofins s/ ISS de vendas Liminar de nº 1000832-24.2018.4.01.3200.

E ainda em suas exclusões registradas no LALUR e no LACS, consideradas as seguintes rubricas: depreciação fiscal, PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador - Apuração Trimestre Anterior, Lucro da Exploração - SUDAM - Trimestre Anterior.

## 21. Partes relacionadas

## Composição de saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Mútuo com partes relacionadas</b>		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	-	-
Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A.	-	48.786
Administradora de Bens de Infraestrutura S.A.	-	-
	<u>-</u>	<u>48.786</u>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Dividendos a pagar</b>		
Dislub Combustíveis S.A	(1.015)	(2.980)
	<u>(1.015)</u>	<u>(2.980)</u>
<b>Demais contas a pagar</b>		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	(980)	(235)
	<u>(980)</u>	<u>(235)</u>
<b>Demonstrações de resultados</b>		
<b>Receita bruta</b>		
Petro Energia Industria e Comércio Ltda.	-	27
	<u>-</u>	<u>27</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
<b>Rateios de Gastos Corporativos - CSC</b>		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	(4.720)	(2.825)
	<u>(4.720)</u>	<u>(2.825)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		
<b>Receitas Financeiras</b>		
Administradora de Bens de Infraestrutura S.A.	1.539	-
	<u>1.539</u>	<u>-</u>

A presente “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, aprovada em reunião do Conselho Consultivo da Dislub Combustíveis S.A., realizada em 22 de dezembro de 2022, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

Esta Política tem como fundamento: as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia; o Código de Conduta; e a Lei das Sociedades por Ações.

Em relação aos contratos de mútuos com as partes relacionadas, aplicam-se as seguintes condições:

- a) Para com os acionistas, as operações têm data de liquidação em 22 de dezembro de 2025, com juros remuneratórios de 100% CDI;
- b) Referente o mútuo com a Petróleo Uruguai S.A., o vencimento contrato se dar em 28 de novembro de 2027, com juros remuneratórios de 4% a.a.;
- c) E por fim, o contrato vigente com Humberto Barbosa Carrilho em 31 de dezembro de 2022 foi liquidado no dia 02 de janeiro de 2023.

As condições contratuais obtidas com partes relacionadas se apresentam em melhores condições em comparativo as captações efetuadas junto ao mercado financeiro.

- a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia possui quatro diretores estatutários, eleitos em 03 de janeiro de 2022, através da assembleia geral de acionistas realizada na mesma data, para um mandato unificado de dois anos. Pelos cargos que ocupam, os diretores estatutários fazem jus a uma remuneração mensal.

## 22. Eventos subsequentes

- a. Liquidação do saldo de debêntures

A Companhia declara que todo o passivo em aberto na data de 31 de dezembro de 2022 em relação as debentures foi liquidado no mês de janeiro de 2023 no montante de R\$ 22.188.

- b. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Tema 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema.

Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa pelo exame/confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança.

Em relação aos processos judiciais tributários da Companhia e suas controladas, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes do julgamento dos Temas 885 e 881, sobretudo porque todos ainda dependem de trânsito em julgado.

A Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Companhia e suas controladas, ativos e encerrados, nenhum deles foram afetados pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral n. 881 e 885 pelo STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.